

Jornalismo e mídia-educação no contexto do aquecimento global

Ana Paula Lückman

Resumo

É através da mídia que a maior parte das pessoas recebe informações acerca da questão ambiental. Com a emergência do discurso em torno da crise ecológica, sobretudo a partir da década de 1970, e dos alertas para a necessidade de uma *educação ambiental*, ganham destaque também nos meios de comunicação os temas relacionados à questão ambiental. Essa evidência tem sido maior nos dias atuais, a partir da divulgação de pesquisas sobre o aquecimento global. Além de apresentar os resultados dos estudos científicos e descrever hipóteses sobre como será o futuro do planeta com as mudanças previstas, os meios de comunicação também têm buscado identificar maneiras pelas quais as pessoas comuns podem contribuir para frear esse processo, numa intenção aparentemente educativa. No entanto, diversos estudos recentes têm apresentado críticas contundentes ao chamado jornalismo ambiental, apontado como sensacionalista e superficial. Neste artigo, analisamos alguns aspectos dessa questão e apontamos as possibilidades teórico-metodológicas da mídia-educação como um caminho para a gradual superação desses problemas.

Palavras-chave

Jornalismo ambiental, educação ambiental, mídia-educação, crise ambiental

Abstract

It is through the media that most people receive information about environmental issues. With the emerging of the discourse about the ecologic crisis, especially from the 1970s on, and the alerts for the necessity of an environmental education, themes related to the environmental issue start to stand out more prominently within the mass media. This evidence has received more attention currently, through the media spreading of recent research about global warming and its probable consequences. Besides presenting the results of scientific studies describing hypothesis about how will be the future of the planet with the predicted changes, the mass media have also been trying to identify strategies for common people to contribute to the slowing down of this process, in an apparently educational intention. Several recent studies, however, have been presenting deep critics to the called environmental journalism, which is considered as sensationalistic and superficial. In this article, we intend to analyse some of the aspects of this question and point the theoretical-methodological possibilities of media-education as a path for the gradual overcome of these problems.

Key words:

Environmental journalism, environmental education, media-education, environmental crisis

Elevação no nível dos oceanos provocado pelo derretimento de geleiras, maior ocorrência de tempestades e furacões, dias frios cada vez mais gelados e dias quentes cada vez mais tórridos – características que muita gente já acredita estar sentindo na pele, literalmente. Os prováveis efeitos do processo de aquecimento global constatado pela ciência têm sido anunciados com destaque nos meios de comunicação, que se empenham em apresentar as conclusões das mais recentes e rigorosas pesquisas acerca dos resultados da ação humana sobre o planeta.

Além de abordar as previsões pessimistas sobre como pode ser a vida num planeta em tão drástica transformação, jornais, revistas, sites de Internet e programas de televisão noticiaram com bastante ênfase a conclusão de que esse contexto problemático é, efetivamente, resultado da ação humana – descartando a possibilidade de que as mudanças sejam resultado de processos naturais. Da mesma forma, buscam estimular as pessoas comuns a contribuírem para minimizar esses efeitos negativos com pequenas atitudes cotidianas. Até mesmo os programas matinais voltados para as donas-de-casa de classe média e média-baixa falam sobre temas como neutralização de emissões de carbono ou utilização de energias alternativas. Se antes o imaginário coletivo associava os problemas ambientais ao problema da poluição industrial ou ao desmatamento da Amazônia, pode-se dizer que a partir do debate sobre o aquecimento global, este se firmou como o tema ambiental do momento.

O destaque dado pela mídia aos assuntos relacionados a uma crise ambiental, contudo, não é recente: esses temas emergiram na imprensa paralelamente ao surgimento de uma discussão social de caráter mais institu-

cional, amplo e abrangente em torno do meio ambiente. Essa discussão tem como marco histórico a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo (Suécia), em 1972. Vinte anos depois, a crise ambiental voltou às manchetes com grande destaque na imprensa do mundo todo, e de maneira especial na do Brasil, que teve na cidade do Rio de Janeiro a sede da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Em 2002, foi realizada em Johannesburgo (África do Sul) outra grande conferência, a Rio+10, para avaliar os resultados da Rio-92. A partir desses grandes encontros, que contaram com chefes de estado, representantes da comunidade científica e da sociedade civil, organizada principalmente em entidades não-governamentais, disseminou-se o discurso acerca da necessidade urgente de se frear a degradação do planeta. Esse discurso tem na mídia, e principalmente no jornalismo, uma de suas principais caixas de ressonância.

Assim como aconteceu com as grandes conferências, a divulgação de estudos científicos a respeito da situação do planeta costuma ser intensamente explorada pela imprensa. Os dados a respeito do aquecimento global, por exemplo, são resultado de cinco anos de estudos realizados por cientistas de vários países que compõem o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).¹ Embora o primeiro relatório oficial da nova série de pesquisas² só seja divulgado oficialmente em fevereiro do próximo ano, suas principais conclusões já vêm sendo anunciadas, motivando uma grande quantidade de reportagens sobre esse tema na imprensa.

¹ O IPCC foi criado em 1988 a partir da Organização Meteorológica Mundial (WMO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para organizar uma base de dados com informações técnicas, científicas e socioeconômicas sobre o fenômeno do aquecimento global. Os dados a serem publicados em 2007 comporão o quarto relatório sobre o assunto elaborado pela entidade.

² A série anterior de estudos sobre o aquecimento global foi divulgada pelo IPCC em 2001. Em 2007, os dados serão apresentados em três etapas: a primeira, em fevereiro, descreverá mudanças já observadas e fará prospeções sobre novas alterações no clima em função da ação humana; a segunda, em abril, procurará identificar em que medida as alterações climáticas poderão ser assimiladas pelos humanos; e a terceira apontará possíveis providências para mitigar os efeitos do aquecimento global. Todos os relatórios do IPCC deverão estar disponíveis para download: www.ipcc.ch.

Parece inegável que os meios de comunicação desempenham um importante papel enquanto multiplicadores de informações de caráter educativo. Diversas pesquisas revelam que é através da mídia, e principalmente da televisão, que a maior parte das pessoas recebe informações sobre o meio ambiente (CRESPO, 2003; RAMOS, 1996; NELSON, 1994; ISER, 2006). No entanto, alguns estudos têm apontado também uma série de fragilidades nas formas como o meio ambiente aparece na mídia – seja em função da espetacularização dos enfoques, da superficialidade com que os assuntos são tratados ou da falta de espaço para abordagens mais complexas em torno das questões apresentadas (ABREU, 2006; SILVA, 2005; SIQUEIRA, 1999; RAMOS, 1996; GAMBA, 2003). Além disso, a relação informação-conhecimento, assim como a relação informação-conscientização, não é automática (BACCEGA, 1998).

Esse contexto nos leva a observar um “dilema acadêmico” em relação aos meios de comunicação, e especificamente no que se refere ao jornalismo. Embora ninguém negue o papel fundamental da mídia na sociedade contemporânea, há também um forte coro que considera os veículos hegemônicos intrinsecamente maus, “grandes irmãos” a serviço do *status quo*. Um dos mais respeitados geógrafos do país, por exemplo, declarou em conferência no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental³ que “a única informação verdadeira do ‘Jornal Nacional’ são os intervalos comerciais”, sendo aplaudido calorosamente por uma platéia de 3 mil pessoas.

Mas essa análise puramente negativa, a nosso ver, esconde uma incoerência na medida em que as informações que circulam no *Jornal Nacional*, no *Fantástico*, na

revista *Veja* ou na *Folha de S. Paulo* adquirem repercussão e formam opinião, por mais que se possa não gostar disso. Outro aspecto curioso é que mesmo os textos acadêmicos que tratam sobre a questão ambiental apontam, aparentemente de maneira distraída, as notícias veiculadas pelos meios de comunicação como provas de que a humanidade está passando por uma crise sem precedentes⁴ – ou seja, parece haver um dilema entre acreditar ou não no que é veiculado pela mídia. Como comenta Martín-Barbero:

De pouco serve que as pessoas digam “não acreditar” nesse discurso, se é a partir dele que se atua e vê o mundo, se é através dele que o acontecer do mundo significa e que essa significação é consumida. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 83)

Dizer que as pessoas produzem significado a partir do consumo de mídia significa dizer que elas têm capacidade de *aprender* através do que lêem, assistem ou ouvem nos meios de comunicação. A figura do *receptor ativo* é um dos elementos-chave dentro da corrente dos estudos latino-americanos da comunicação, que tem em Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez dois de seus principais autores. Essa perspectiva teórica, entretanto, ainda é pouco explorada nos trabalhos que buscam analisar o jornalismo ambiental no Brasil e pode, a nosso ver, trazer novas contribuições para os estudiosos e profissionais tanto da área da educação quanto do jornalismo. Neste trabalho, contudo, centraremos nossa análise em outro aspecto teórico-metodológico que, acreditamos, pode contribuir para as pesquisas

³ Evento realizado em Joinville (SC) entre 5 e 8 de abril de 2006. Anais disponíveis no site www.5iberoea.org.br.

⁴ Em uma das coletâneas mais recentes de textos de educação ambiental, encontramos a menção ao noticiário sobre meio ambiente nesse sentido em três dos oito artigos, entre os quais destacamos um trecho de Soffiati (2002, p. 41): “Referenciais empíricos parecem tornar indiscutível a existência de uma crise ambiental planetária na atualidade. Seus sintomas mais conhecidos e abrangentes figuram com frequência cada vez maior nas páginas dos jornais, dos periódicos especializados e dos livros”.

nessa área: a mídia-educação. Antes de entrar diretamente nesse tema, abordaremos ainda alguns aspectos sobre o surgimento da educação ambiental e do jornalismo ambiental.

A dimensão ambiental na educação e no jornalismo: breve panorama

Ao mesmo tempo em que a discussão em torno de uma crise ambiental ganha cada vez mais espaço na sociedade, destacamos a emergência de duas disciplinas em cujo cruzamento se situa nossa atual abordagem: em um lado, dentro do campo mais amplo da educação, encontramos a educação ambiental, que surge a partir de um discurso que aponta a necessidade de uma educação voltada para uma conscientização que leve à superação dos problemas que provocam essa crise. Em outro lado, no campo da comunicação e especificamente do jornalismo, emerge o chamado jornalismo ambiental, praticado pelos profissionais de imprensa que produzem material jornalístico em torno desses assuntos. Embora concordemos com as reflexões de autores que problematizam a inclusão do adjetivo ambiental em ambos os campos⁵, manteremos o uso das duas expressões neste trabalho por questão de clareza metodológica, e também porque não podemos negar o fato de que ainda há um longo caminho a percorrer antes que a dimensão ambiental seja perfeitamente incorporada tanto pela educação quanto pelo jornalismo.

A discussão em torno de uma *educação ambiental* ganha corpo dentro das conferências oficiais organizadas em nível internacional para discutir a questão ambiental, mencionadas anteriormente, e atinge instâncias sociais menores, num efeito multiplicador. Grün (1995, p. 171) afirma que há uma as-

sociação direta entre o alerta para os problemas ambientais e o discurso que aponta a necessidade de uma educação que ajude a superar esses desafios. Esse discurso segue uma perspectiva lógica: a partir da descrição do estado real dos estragos causados ao meio ambiente, detectada através das ciências empírico-analíticas, constata-se a necessidade de uma educação ambiental para frear o processo de destruição do planeta.

Essa perspectiva nos conduz a um paralelo com o pensamento de Paulo Freire, que, mesmo sem tratar especificamente da educação dita “ambiental”, apresenta em seu trabalho um marco conceitual muito adequado para nortear nossas reflexões. As noções de *consciência* e *conscientização* são as principais referências importantes, na medida em que ambas as palavras costumam aparecer com muita frequência no contexto da educação ambiental. A consciência crítica, para Freire, tem um caráter reflexivo e transformador, indo muito além do mero contato com a informação objetiva. Já para a conscientização é necessário o desvelamento da realidade objetiva e uma mudança de relação com essa realidade (FREIRE, 1987; 1997).

No contexto em que parece haver um consenso em torno da necessidade de uma educação ambiental e se elabora uma série de instrumentos legais para nortear as políticas públicas nesse sentido, ganha ênfase a importância da atuação dos meios de comunicação social dentro desses objetivos. A importância da mídia para a educação ambiental é reconhecida, por exemplo, pela lei federal 9.795/1999, que institui no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei diz que todos têm direito à educação ambiental, cabendo aos meios de comunicação “colaborar de maneira ativa e permanente

⁵ No campo da educação, destacamos as discussões de Brügger (2004) e Grün (2001) sobre a pertinência da adjetivação na expressão *educação ambiental*. Para Brügger, a inclusão da perspectiva ambiental na educação leva à dedução de que a educação tradicional não é ambiental. Já Grün enfatiza que o acréscimo do adjetivo decorre do fato de que a natureza é um “conceito negativo” na teoria educacional. Transportamos essas reflexões para o campo do jornalismo, com apoio em Abreu (2006) e Genro Filho (1989), que tecem críticas aos diversos tipos de jornalismo especializado, entre eles o ambiental.

na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”. A PNEA prevê ainda que o poder público, em todos os níveis, deve incentivar “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (DIAS, 2000, pp. 66-72; BRASIL, 2005b, pp. 65-70). O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Agenda 21 brasileira são outros documentos que enfatizam o potencial dos meios de comunicação em contribuir para o processo de educação ambiental (TOZONI-REIS, 2004; BRASIL, 2005b; BRASIL, 2004).

No caso do jornalismo ambiental, entretanto, o potencial educativo dos meios de comunicação ainda parece pouco aproveitado em termos práticos, como indicam alguns estudiosos da área. Trigueiro (2003, pp. 81-84), por exemplo, identifica dificuldades no trabalho desse novo profissional das redações, sobretudo no que diz respeito à sua formação – seja nos cursos de graduação ou de pós-graduação. O autor considera também que, de maneira geral, a questão ambiental aparece de forma superficial e fragmentada na grande imprensa. Isso se deveria a fatores como as percepções que os profissionais do jornalismo têm sobre o meio ambiente e a pressão pela agilidade na produção – o que impede tempo para investigar os fatos com mais rigor e precisão.

Além desses fatores, Silva (2005) aponta como pontos problemáticos na cobertura jornalística sobre meio ambiente a tendência a apresentar as notícias com enfoque

negativo e a prioridade para fontes oficiais na elaboração dos textos. Para a autora, fica claro que as notícias publicadas apresentam a natureza como tendo relação direta com a sociedade; o aspecto *negativo* dessa relação, contudo, é que recebe mais ênfase. Em sua maioria, os textos analisados pela autora, selecionados em três dos principais jornais de circulação nacional, restringiam-se aos aspectos factuais (imediatos) dos assuntos noticiados, sem preocupação com uma maior contextualização. A ênfase no espetáculo também é salientada no estudo de Siqueira (1999), que analisou as maneiras como a ciência é apresentada no conteúdo jornalístico do programa *Fantástico*, da Rede Globo.

Num estudo sobre o discurso do desenvolvimento sustentável, Abreu (2006), analisou as maneiras como esse discurso aparece em dois veículos impressos especializados⁶. Com a leitura do seu material de análise, a autora lista as expressões mais repetidas nos textos, o que constitui uma “rede parafrásica” – entre as quais destacamos *conscientização ecológica, indústria verde, uso sustentado, paraíso ecológico, econegócio, ecoturismo, marketing ecológico, ecologicamente correto, amigo da natureza, consciência ambiental, santuário ecológico, cultura verde e consciência ambiental*. Em alguns casos, observa, uma mesma expressão tem diferentes sentidos; em outros, palavras diferentes querem dizer a mesma coisa. Para Abreu, o grande desafio do jornalismo ambiental é encontrar formas diferentes de apreender a realidade, pondo de lado a tendência de “formar uma consciência ambiental a partir de discursos globais”, generalistas, estruturados em clichês e frases feitas.

Análise semelhante a respeito da produção jornalística sobre meio ambiente é feita por Ramos (1996), autor de estudo pioneiro

⁶ A autora desenvolveu seu estudo a partir da análise de textos de dois cadernos especializados em meio ambiente encartados em jornais diários: o JB Ecológico, do Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), e o AN Verde, do jornal A Notícia (Santa Catarina). (ABREU, 2006, p. 97)

no Brasil, desenvolvido a partir da cobertura da mídia nacional durante a Rio-92. Para o autor, a questão ambiental recebe “cobertura isolada e fragmentada”, o que pode contribuir para a “consolidação de uma percepção fragmentada e parcial da problemática ambiental”, reforçando uma visão “compartimentalizada” dos problemas ambientais (pp. 147-148).

Numa aproximação direta com a educação, Gamba (2003) procura evidenciar as relações entre mídia-educação e educação ambiental em trabalho desenvolvido com estudantes do ensino médio, em duas escolas de Florianópolis (SC). Seu estudo alia pesquisa-ação, estudo de recepção e análise de conteúdo, levando para discussões em sala de aula textos jornalísticos extraídos da revista *Veja* e do jornal *Folha de S. Paulo*. Uma das conclusões mais significativas diz respeito à importância de se inserir uma formação específica sobre meio ambiente para os profissionais da comunicação, bem como inserir a mídia-educação e a educação ambiental na formação de professores. Com relação especificamente ao jornalismo ambiental, Gamba também observa uma fragmentação na abordagem, o que em sua avaliação dificulta a realização de reflexões por parte dos receptores.

Pela leitura desses trabalhos, deduzimos que, em geral, o material jornalístico sobre meio ambiente teria potencial para ser usado em ações educativas dirigidas ou contribuir para uma efetiva tomada de consciência do leitor/espectador comum, no sentido freireano do termo, acerca da questão ambiental. Com as limitações apontadas, entretanto, a suposição mais simples é de que o jornalismo ambiental não seria educativo. Nessa perspectiva, consideramos que os estudos nesse

O material jornalístico sobre meio ambiente teria potencial para uma efetiva tomada de consciência do leitor/espectador comum

caminho interdisciplinar devem buscar a superação desse aparente impasse em relação à mídia. Como observa Brügger (2002, p. 74), embora os meios de comunicação tenham um “inegável lado nefasto” e isso seja uma questão “pouco evidente para a maioria das pessoas”, “essa crítica não deve apontar para o imobilismo e sim na direção oposta, pois está em nossas mãos reverter esse quadro de dominação e alienação para com nosso entorno interno e externo”. Um possível caminho para superar esse desafio, acreditamos, está na mídia-educação.

Comunicação e educação: inimigos ou potenciais aliados?

A importância dos meios de comunicação na produção e circulação de conhecimento parece um consenso entre os estudiosos tanto do campo da educação quanto da comunicação. Por mais que seja alvo de críticas quanto a seu conteúdo – nos programas de televisão, revistas ou jornais populares e de grande circulação – a mídia tem um lugar central na sociedade atual. Essa centralidade, no entanto, deve ser considerada numa perspectiva crítica, como ensina Martín-Barbero:

As mídias passaram a constituir um espaço-chave de condensação e interseção da produção e do consumo cultural, ao mesmo tempo em que catalisam hoje algumas das mais intensas redes de poder. Daí provém a necessidade de enfrentar o *pensamento único* que legitima a idéia de que a tecnologia é hoje “o grande mediador” entre os povos e o mundo, quando o que a tecnologia medeia hoje mais intensa e aceleradamente é a transformação da sociedade em mercado, e deste em principal agenciador da mundialização (em seus múltiplos sentidos contrapostos)⁷. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 229-230)

O autor faz um paralelo entre a centralidade assumida pelos meios de comunicação e as transformações da experiência urbana, fenômenos intensificados sobretudo na segunda metade do século XX. O processo de modernização urbana nas cidades da América Latina responde a três tipos de dinâmicas diversas, mas complementares: 1) o desejo e a pressão das maiorias por melhores condições de vida, que emergem com os movimentos sociais a partir dos anos 1970; 2) a chegada da cultura do consumo a esses países, o que modifica os modelos de comportamento e estilos de vida; 3) as novas tecnologias da comunicação, que conduzem a uma sociedade mais “aberta e interconectada”. Reside aí o que Martín-Barbero chama de *paradigma informacional*, centrado no conceito de *fluxo*:

[Fluxo] entendido como tráfego não-interrompido, interconexão transparente e circulação constante de informações. A verdadeira preocupação dos urbanistas não será, portanto, que os cidadãos se encontrem mas que circulem, porque já não os queremos reunidos, mas sim *conectados*. Daí que não se construam praças e nem se permitam becos, e o que aí se perde pouco importa, pois na “sociedade da informação” o que *interessa* é o que se ganha em velocidade de informação⁸. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 288-289)

Na cidade como *espaço comunicacional* Martín-Barbero aponta uma “estreita simetria” entre a expansão urbana e a densificação dos meios de comunicação. Nessa nova realidade a cidade “conecta entre si seus diversos territórios e os conecta com o mundo”. (2004:293) Nessa cidade, é cada vez mais difícil ter contato com a realidade concreta –

experiência que passa a ser simulada através da mídia, e da televisão de maneira especial:

É na televisão que a câmera do helicóptero nos permite alcançar uma imagem da densidade do tráfego nas avenidas ou da vastidão e desolação dos bairros de invasão; é na TV ou no rádio que, cotidianamente, nos conectamos com o que, na cidade “em que vivemos”, sucede e nos diz respeito, por mais longe que estejamos de tudo: do massacre no Palácio da Justiça ao contágio de aids no banco de sangue de uma clínica, do acidente de trânsito que bloqueou a rua pela qual devo chegar ao meu trabalho aos acasos da política que fazem cair os valores da Bolsa. Na cidade dos fluxos comunicativos, contam mais os processos que as coisas, a ubiqüidade e instantaneidade da informação ou da decisão via telefone celular, ou fax, a partir do computador pessoal, a facilidade e a rapidez dos pagamentos ou da aquisição de dinheiro através dos cartões. A imbricação entre televisão e informática produz uma aliança entre velocidades audiovisuais e informacionais, entre inovações tecnológicas e hábitos de consumo: “um ar de família vincula a variedade das telas que reúnem nossas experiências laboriais, caseiras e lúdicas”⁹, atravessando e reconfigurando as experiências da rua e até as relações com o nosso corpo, um corpo sustentado cada vez menos em sua anatomia e mais em suas extensões ou próteses tecnomidiáticas: a cidade informatizada necessita de corpos não reunidos, mas sim interconectados (MARTÍN-BARBERO, 2004:293-294).

Nesse contexto complexo, é também a partir de Martín-Barbero que abordamos a relação entre a comunicação na chamada sociedade da informação e a educação. O autor observa que há na escola uma tendência geral

⁷ Grifo do autor.

⁸ Grifos do autor.

⁹ No original, o autor atribui a citação a Ferrer, C (1995).

de lamentação pelas supostas manipulações promovidas pela mídia, cuja influência poria em risco a ingenuidade e a curiosidade das crianças. Com essa postura, o sistema educativo deixa de fazer perguntas que busquem respostas que extrapolem uma mera redução a efeitos necessariamente nocivos. Ao não fazer essas perguntas, afirma Martín-Barbero, a escola deixa de ser um “espaço social e cultural de apropriação de conhecimentos”.

Na relação entre educação e comunicação, a última fica quase sempre reduzida a sua dimensão instrumental, quer dizer, ao uso das mídias, e assim se deixa de fora do debate justamente aquilo que seria estratégico pensar: a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual, ou, dito de outra forma, no *ecossistema comunicativo* que constitui o *entorno educacional difuso e des- centrado* em que estamos imersos¹⁰ (MARTÍN-BARBERO, 2004:229-240).

Embora a análise de Martín-Barbero seja mais centrada na relação entre os meios de comunicação e a educação *escolar*, consideramos essas reflexões importantes na medida em que elas nos levam a pensar sobre a necessidade de uma educação para a mídia, ou mídia-educação, campo de estudo formado pela interseção entre os campos da comunicação e da educação. Como já vimos, ao analisar as relações entre jornalismo e educação ambiental, consideramos fundamental a inserção da mídia-educação, num primeiro momento, tanto no currículo dos profissionais da educação quanto da comunicação, bem como na elaboração de políticas públicas e em iniciativas de educação informal e não-formal.

Ao apresentar esse novo campo de conhe-

cimento, Belloni (2002, pp. 27-28) identifica duas abordagens principais: a pedagogia dos meios, ou mídia-educação, que é “preocupação de alguns comunicadores”, e o uso dos meios na pedagogia, ênfase relacionada principalmente ao campo da tecnologia educacional, que é “objeto de inquietação de poucos educadores”. Nosso trabalho adota a primeira perspectiva, que na definição da autora preocupa-se com “a influência, o papel socializador exercido pelas mídias na socialização das novas gerações, isto é, na formação dos indivíduos”. Belloni enfatiza que há uma evolução dos interesses e preocupações dos pesquisadores – tanto educadores como comunicadores – sobre a área da mídia-educação: se antes a abordagem era mais “moralista e normativa”, visando “defender” as crianças das “más influências” da mídia, evidencia-se agora uma formulação mais ampla, que busca investigar como a educação deve entender a mídia e construir “ecossistemas comunicativos” – num alinhamento com o pensamento de Martín-Barbero.

Tratando especificamente do jornalismo, com foco especial no jornalismo sobre meio ambiente, acreditamos que estudar as relações entre educação, comunicação/informação e meio ambiente é fundamental, dado o contexto complexo no qual nos encontramos neste início de século. Como afirma Caldas (2003) em artigo que aborda o papel do jornalismo científico na construção da cidadania, a mídia pode tanto *formar* quanto *deformar* o indivíduo. A grande disponibilidade de informações provenientes das mais numerosas fontes, através de meios cada vez mais diversificados e convergentes, provoca sem dúvida influência no processo educativo e isso não pode ser ignorado pelas instituições sociais – principalmente a família e a escola.

¹⁰ Grifos do autor.

Falar, portanto, em comunicação e educação é refletir sobre a responsabilidade do jornalista científico e dos divulgadores da ciência em geral na formação do cidadão. É compreender a informação como parte integrante do processo educativo. Isto porque, agregados à informação estão valores, crenças e ideologias que se constituem em fatores decisivos para a aquisição do conhecimento (Ibid, p. 75).

Na mesma direção, Baccega (1998) afirma que na prática os meios de comunicação já assumiram na sociedade a função de “educadores privilegiados”, embora no âmbito acadêmico esse campo de pesquisa ainda esteja em fase de construção:

Enquanto ainda falamos em educação para os meios, ou leitura crítica dos meios, o campo comunicação/educação já está constituído. Não se trata mais, portanto, de discutir se devemos ou não utilizar estratégias de educação para os meios. Trata-se de constatar que, educadores primeiros, são eles que estão construindo a cidadania (Ibid, p. 12).

Fantin (2005) elabora um detalhado mapeamento dos estudos realizados no campo da mídia-educação, considerando seus aspectos históricos e contextuais e apresentando um panorama internacional bastante completo. Com base nas reflexões de Rivoltella¹¹, a autora afirma que a mídia-educação pode ser compreendida em duas dimensões:

Pode configurar-se como campo disciplinar na interseção entre as ciências da educação (didática em particular) e as ciências da comunicação (principalmente a sociologia da comunicação e a semiótica); e pode ser entendida como

prática social em contextos não só extra-escolares. Ou seja, podemos entender a mídia-educação como áreas de saber e intervenção em diversos contextos, como práxis educativa com um campo metodológico e de intervenção didática e como instância de reflexão teórica (com objetivos, metodologias e avaliação) sobre essa práxis (Ibid, p. 66).

A formação dos profissionais da educação e da comunicação também está inserida no campo da mídia-educação, segundo Rivoltella (apud FANTIN, 2005):

A mídia-educação pode funcionar como instrumento cultural e educativo, tanto no sentido da formação prático-reflexiva dos profissionais da comunicação, como na formação e capacitação de educadores. Como instrumento cultural, seria uma oportunidade dos profissionais da comunicação refletirem sobre sua própria atividade, relacionando-a com a responsabilidade social e educativa que ela implica (construções de notícias, qualidade dos programas televisivos etc.). Como instrumento educativo, construiria a competência dos professores e dos educadores em geral, como por exemplo pais, operadores grupais e outros profissionais que trabalham com educação não-formal. Neste sentido, a formação de educadores sintonizados com as novas linguagens das mídias deve corresponder à formação de comunicadores sintonizados com as funções educacionais das mídias e sua responsabilidade social. Da mesma forma que o espaço escolar precisa trabalhar com as mídias, é imprescindível que os espaços midiáticos pensem nos objetivos educativos. E a formação de comunicadores e de educadores é condição vital para que isso ocorra, pois embora insuficiente, é um ponto de partida (FANTIN, 2005, pp. 75-76).

¹¹ Pier Cesare Rivoltella, professor e pesquisador da Università Cattolica del Sacro Cuore, em Milão (Itália), é considerado um autor de referência na área da mídia-educação que, no entanto, não tem trabalhos traduzidos no Brasil. Em sua tese, Fantin (2005) apresenta uma síntese das principais reflexões desse autor sobre o campo da mídia-educação, dando uma grande contribuição aos pesquisadores brasileiros que não têm contato com os trabalhos de Rivoltella.

É importante observar que adotamos o termo mídia-educação neste trabalho para designar o campo de pesquisa que surge na interseção entre educação e comunicação por questão de coerência com nosso referencial teórico e com o lugar onde desenvolvemos nosso estudo de mestrado – o Centro de Ciências da Educação da UFSC. Esse termo tem sua definição a partir de estudiosos do campo da educação, em particular, e se origina na expressão em inglês *media education*, consolidada nos Estados Unidos e principalmente na Europa para designar a educação para a mídia. No Brasil é corrente também o uso do termo educomunicação, que se tornou conhecido em especial através do trabalho de Ismar Soares¹², pesquisador da área da comunicação, fato que provoca uma intensa discussão entre os especialistas em torno da melhor expressão a ser utilizada. De um lado, na perspectiva de educadores com ampla atuação nesse campo de pesquisa, como Belloni e Rivoltella, a mídia-educação é um conceito mais amplo, que envolve a educação “sobre, com e através da mídia”, com o objetivo de construção da cidadania¹³; já a educomunicação, para esses autores, tem um caráter mais técnico, que envolve a formação do comunicador para atuar nas escolas. De outro lado, na perspectiva de comunicadores como Soares, ambos os termos são sinônimos, embora nessa área a preferência seja para *educomunicação*, neologismo que é utilizado também nos documentos técnicos oficiais do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental¹⁴.

Não é a intenção aqui defender uma ou outra perspectiva, na medida em que o foco aqui é apenas apontar as possibilidades teórico-metodológicas da idéia conceitual de *educação para a mídia* tanto no campo da

educação quanto da comunicação, numa perspectiva de leitura crítica e produção educativa dos meios. Por questão de coerência com nosso referencial, adotamos o termo mídia-educação ao longo deste trabalho, como já comentamos. Mas julgamos relevante que se desenvolvam novos estudos com a finalidade de desatar esse nó conceitual, na medida em que aparentemente a disputa esconde o velho ranço entre educadores e comunicadores, tão bem problematizado por autores como Buckingham (2000), Martín-Barbero (2004) e outros estudiosos da mídia e da educação. Um consenso nesse sentido pode conduzir, imaginamos, a uma melhor integração entre pesquisadores de ambos os campos.

Considerações finais

Alguns dos mais dedicados estudiosos da crise ambiental são unânimes em afirmar que por trás dessa crise está o método científico cartesiano, que fundamentou a ciência moderna a partir da separação entre homem e natureza, corpo e alma, sujeito e objeto. Para a superação da crise, afirmam, é necessária a transição para um novo paradigma. Santos (1989), por exemplo, afirma que a ciência está passando por uma fase de transição paradigmática, quando a partir de uma segunda ruptura epistemológica passará a reencontrar-se com o senso comum¹⁵. Já Morin (2000) fala na necessidade de se “reintroduzir a consciência na ciência”, tornando a unir todos os conhecimentos até agora cartesianamente separados. Capra (2004), por sua vez, atribui a crise ecológica a uma “crise global de percepção” originada a partir do paradigma cartesiano; afirma ainda ser urgente a transição para um novo paradigma, fundamentado no que ele chama de “ecologia profunda”,

¹² Fantin (2006, p. 33) observa que a mesma expressão é usada pela estudiosa francesa Geneviève Jacquinet, mas com sentido distinto do adotado pelos comunicadores brasileiros.

¹³ Utilizamos aqui informações de anotações pessoais que fizemos durante a palestra “Mídia, Educação e Cidadania”, do professor Píer Cesare Rivoltella, ministrada em 14 de novembro de 2006, no encerramento da IV Jornada de Debates Mídia e Imaginário Infantil, realizada na UFSC.

¹⁴ No “Programa de Educomunicação Socioambiental”, os autores enfatizam que o termo educomunicação é utilizado por autores latino-americanos como Mário Kaplún para “designar a prática da leitura crítica dos meios”. Na perspectiva de Ismar Soares, segundo o mesmo documento, o campo da educomunicação seria o resultado da interrelação entre comunicação e educação, abrangendo quatro áreas de intervenção: educação para os meios (leitura crítica), uso e manejo dos processos de produção midiática, utilização das tecnologias de informação e comunicação no contexto ensino-aprendizagem e comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos. (BRASIL, 2005a, p. 12)

ou seja, um paradigma que não separe os seres humanos do ambiente natural, considere o mundo como uma rede de fenômenos interdependentes e reconheça o valor intrínseco de todos os seres vivos. O autor também fala da necessidade de uma “alfabetização ecológica”, fundamentada no pensamento sistêmico, “que deve se tornar um requisito essencial para políticos, empresários e profissionais de todos os ramos” (CAPRA, 2003: 25).

Enquanto meio de interpretar o mundo, o jornalismo, e particularmente o jornalismo ambiental, tem como desafio incorporar essas reflexões em seu cotidiano. Isso não é uma tarefa simples, na medida em que, como já observamos, os profissionais da área vêm-se envolvidos num processo cada vez mais dinâmico e opressivo, onde a pressão por uma produção cada vez mais ágil dificulta a execução de um trabalho realmente reflexivo. Nesse sentido, acreditamos que dificilmente chegaremos a um jornalismo ideal – e especificamente a um jornalismo ambiental nota “10 com estrelinha” – na medida em que fatores como as condições de trabalho e a própria formação dos profissionais da área sempre vão atravessar essa produção.

Mas essa condição, como já afirmamos, não deve conduzir a um imobilismo: a realização de novas pesquisas que busquem uma maior integração entre os campos da educação e da comunicação são, a nosso ver, essenciais. Paralelamente a isso, consideramos a prática da leitura crítica de mídia como um caminho que pode levar a uma gradual superação desses problemas. E isso não seria relevante apenas na discussão em torno da ampla e complexa questão ambiental: assuntos ligados a questões de cidadania, gênero, violência, política, cultura e economia estão diariamente nas

páginas das revistas e jornais, nas telas da tevê e nos sites de internet, num cardápio temático rico e diversificado que, abordado numa perspectiva crítica, pode ser um recurso muito fértil de educação para a cidadania.

Sobre a autora

Ana Paula Lückmann, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Educação e Meio Ambiente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mestrandando em Educação na UFSC, com o projeto de dissertação “Educação, jornalismo e meio ambiente: leituras sobre a crise ecológica no contexto do aquecimento global”, em desenvolvimento na linha de pesquisa Educação e Comunicação. Atuou como repórter e editora do jornal A Notícia (Santa Catarina) no período de 1995 a 2006 e atualmente é jornalista free-lancer.

Referências

- ABREU, Míriam Santini de. *Quando a Palavra Sustenta a Farsa – O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis : Editora da UFSC, 2006.
- BACCEGA, Maria Aparecida. “Conhecimento, informação e tecnologia”. In: *Comunicação & Educação*. São Paulo : USP/Editora Moderna/Communication Research Trends, janeiro/abril 1998. Ano IV, número 11.
- BELLONI, Maria Luiza (org). “Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e prática”. In: *A Formação na Sociedade do Espetáculo*. São Paulo : Loyola, 2002.
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação e Educação: questões delicadas na interface*. São Paulo : Hacker Editores, 2001. (Coleção Comunicação)

¹⁵ A primeira ruptura epistemológica, segundo Santos, é a ruptura da ciência com o senso comum, necessária para que o conhecimento científico, racional e válido se torne possível. Já a segunda ruptura seria o reencontro da ciência com o senso comum, ou seja, uma “ruptura com a ruptura epistemológica”. (SANTOS, 1989, p. 36).

BRASIL. *Programa de Educomunicação Socio-ambiental*. Série Documentos Técnicos-2. Brasília : Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005a.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 3.ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005b.

BRASIL. *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias*. 2.ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158p. Disponível: www.mma.gov.br/agenda21 .

BRÜGGER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* 3.ed. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2004.

_____. “Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental?” In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.) *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2002.

BUCKINGHAM, David. *After the death of childhood: growing up in the age of electronic media*. Londres: Polity Press, 2000.

CALDAS, Graça. “Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento. Volume II – Política, Ciência, Divulgação*. Campinas : Pontes Editores, 2003.

CAPRA, Fritjof. “Meio ambiente e educação.” In: TRIGUEIRO, André (coord.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.

_____. *A teia da vida*. Uma nova compreensão científica dos seres vivos. 13.ed. São Paulo : Cultrix, 2004.

CERQUEIRA, Luciana S. *Jornalismo e Educação Ambiental: um diálogo possível*. São Paulo: PUC, 2002. (Monografia de especialização em Jornalismo, Comunicação e Ciência)

CRESPO, Samyra. “Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990.” In: TRIGUEIRO, André (coord.) *Meio ambiente*

no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. *Fundamentos da educação ambiental*. Brasília : Universa, 2000.

FANTIN, Mônica. *Crianças, cinema e mídia-educação: olhares e experiências no Brasil e na Itália*. Florianópolis : UFSC, 2005. Tese de Doutorado em Educação.

_____. *Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália*. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 29.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

GAMBA, Izaltino César. *Mediatização do meio ambiente: uma reflexão necessária*. Florianópolis: UFSC, 2004. (Dissertação de Mestrado em Educação)

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. 2.ed. Porto Alegre : Ortiz, 1989.

GRÜN, Mauro. “A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo”. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Crítica Pós-estruturalista da Educação*. Porto Alegre : Sulina, 1995.

_____. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 4.ed. Campinas : Papyrus, 2001. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

ISER. *O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade*. Resultados da pesquisa feita em 2006. Disponível: <http://www.iser.org.br>.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

_____. *Ofício de Cartógrafo*. São Paulo : Loyola, 2004. (Coleção Comunicação Contemporânea)

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

- RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo: Annablume, 1996.
- REVISTA IMPRENSA. “Rio+10 – Uma sombra sobre Johannesburgo”. São Paulo : Imprensa Editorial, junho de 2002. (ano 15, no. 172)
- SILVA, Márcia Soares da. *Mídia e Meio Ambiente: uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais do Brasil*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura)
- SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo*. São Paul : Annablume, 1999.
- SOFFIATI, Arthur. “Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação”. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.) *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2002.
- TRIGUEIRO, André (coord). “Meio ambiente na idade mídia”. In: *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas : Autores Associados, 2004.